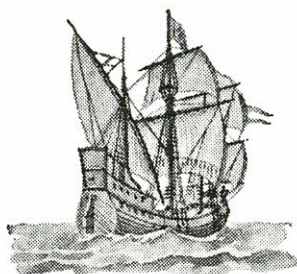
O RÉGULO TIMORENSE
D. ALEIXO CORTE-REAL

HUMBERTO LEITÃO

O RÉGULO TIMORENSE D. ALEIXO CORTE-REAL

Edição do Grupo de Estudos de História Marítima

LISBOA — 1970

PREFÁCIO

A respeito da maneira como o régulo timorense D. Aleixo Corte-Real foi aprisionado pelos japoneses, correm duas versões.

Segundo uma, D. Aleixo, após dias sucessivos de rijos combates com as tropas inimigas, que pretendiam conquistar a posição onde ele se instalara, vendo-se falto de munições e mantimentos, aceitara as propostas dos japoneses, que o convidavam a render-se com a promessa de não o molestarem nem a qualquer daqueles que serviam sob as suas ordens.

Diz a outra versão, de maneira geral, que o célebre régulo, considerada a penúria de munições de guerra e de boca, decidira dividir em dois grupos as forças que defendiam aquela posição para, durante a noite, indo cada um por seu caminho, tentarem romper o cerco das forças inimigas a fim de buscarem refúgio conveniente. Diz ainda que, durante esta operação, o grupo de D. Aleixo fora pressentido, cercado e aprisionado.

Não nos parece aceitável aquela primeira versão, nem, antes de conhecermos outra, nos agradou pelas seguintes razões:

D. Aleixo estava ao corrente das atrocidades cometidas pelos japoneses e pelas «colunas negras» por eles organizadas e incitadas à violência e ao crime. Tinha conhecimento das suas dissimu-

lações, soberba, espírito vingativo e falta de palavra. Nestas condições, render-se corresponderia a entregar-se aos algozes e entregar-lhes os próprios filhos, alguns outros parentes, Nai-Chico, amigo de sempre, e os seus bravos e leais companheiros, a fim de serem assassinados e, decerto, prèviamente sujeitos a tormentos.

Apesar de, por estas razões, estarmos convencidos de que deveria ser a segunda versão a que havia de estar mais dentro da verdade, decidimos pedir ao nosso Ex.mo Amigo Sr. Comodoro Alfredo Mota — que sabíamos ter em Timor pessoa de família e ali residente há longos anos — o favor de, por meio dela, nos obter de certo parente de D. Aleixo resposta a algumas perguntas por nós formuladas num pequeno questionário. Assim, em resposta, houvemos a satisfação de vir às nossas mãos o relato de Os Últimos Dias de D. Aleixo Corte-Real, *escrito por João César Corte-Real, neto daquele régulo e que, tendo estado também preso na secretaria de Hato-Udo, conseguira evadir-se* (*). *As hesitações que tínhamos em aceitar para este pequeno trabalho a segunda versão terminaram ao conhecer aquele relato. A primeira foi definitivamente posta de lado.*

(*) Nas suas linhas gerais, esta versão condiz com a que se encontra na obra *Funo — Guerra em Timor*, do Dr. Cal Brandão.

Àquele nosso Ex.^{mo} Camarada e Amigo aqui apresentamos os nossos agradecimentos por tamanho obséquio.

Para a gravura do monumento erguido em Ainaro a D. Aleixo e a que representa a tapeçaria exposta no Palácio das Repartições, em Dili, gravuras que ilustram este livro, utilizámos fotografias que nos foram obsequiosamente oferecidas pelo Ex.^{mo} Sr. Engenheiro Fernando Teixeira Botelho, chefe da Missão Geográfica de Timor.

Por esta amabilidade e outras suas valiosas atenções também aqui lhe deixamos o testemunho dos nossos muito sinceros agradecimentos.

D. Aleixo, Régulo de Ainaro, grande amigo de Portugal,
morto em combate na defesa da nossa soberania

D. ALEIXO CORTE-REAL — que teve o nome de Nai-Seço até ao dia da sua conversão ao catolicismo — nasceu por 1886, na região do Suro, em Name-Tu-Lau, mais tarde chamado Dana-Há, nas proximidades de Ainaro (1). Filho de Mau-Lico e de Moto-Quei, era criança quando lhe morreu o pai. Outro tanto sucedia com seu irmão Nai-Luís. Por este facto, as funções de régulo passaram a ser exercidas por Nai-Cau, primo daquele Mau-Lico (2), e que era o chefe mais importante do reino.

Vivia Nai-Seço na região de Ainaro. Ali foi crescendo em frequente contacto com as autoridades militares do posto, que o estimavam pela sua compostura, simpatia que lhes inspirava, prontidão com que executava qualquer pequeno serviço de que o incumbiam e pela inteligência que revelava. Nos trabalhos da construção da sólida tranqueira que o alferes Cândido Bernardo em Ainaro ergueu, prestou Nai-Seço colaboração valiosa.

Foi passando o tempo. No dia 24 de Dezembro de 1911, sendo governador o ilustre oficial da Armada primeiro-tenente Filomeno da Câmara de Melo Cabral, teve início a célebre insurreição de Manufai, chefiada pelo régulo D. Boaventura.

---

(1) Ezequiel Enes Pascoal, *A Alma de Timor na sua Fantasia*, p. 94.
(2) *Idem*, p. 106.

A primeira manifestação de revolta ocorreu na sede do comando, em Same, onde o tenente Luís Álvares da Silva, confiado, recebeu um grupo de timorenses que traiçoeiramente o atacaram, mataram, decapitaram e, não contentes com isto, foram pôr a cabeça da vítima no regaço da esposa, que, aterrada, apertava contra si uma criancinha que tinha ao colo. A ela e ao filho não permitiu D. Boaventura que fossem também assassinados. Mandou-a, porém, seguir para Maubisse, a pé, por caminhos ásperos, em trajes menores, consoante se diz, descalça, apenas acompanhada por um guarda-fios.

Após este hediondo crime, os arraiais de Manufai, conduzidos pelo próprio régulo, invadiram as terras do Suro, cujo povo sabiam fiel ao Governo, e, pelo caminho, foram devastando culturas, incendiando palhotas, matando quem encontrassem e não quisesse participar na revolta. A tranqueira de Ainaro estava, então, à guarda do velho Nai-Cau, por a ter recebido do oficial que fora chamado para se juntar às forças do Governo que deviam atacar os revoltosos sob o comando do enérgico governador, o qual, num relance, pôde inteirar-se da situação e determinar a mais conveniente e eficaz maneira de agir para debelar tão perigosa situação. Outro que ocupasse o Governo e não possuísse alguns dos predicados de Filomeno da Câmara teria deixado cair o nosso Timor nas mãos dos holandeses, que havia muito o cobiçavam e só aguardavam um pretexto para militarmente intervirem com forças de que para tal dispunham.

Nai-Cau, enquanto as operações militares prosseguiam, defendeu firmemente a tranqueira e ia rechaçando aqueles que ousavam tentar assaltá-la. Da personalidade e do ardor com que defendeu a Bandeira das Quinas, à sombra da qual, como os seus maiores, havia sempre vivido, poder-se-á fazer ideia pelo seguinte recado que, em momento de perigo, mandou ao alferes Cândido Bernardo, na ocasião empenhado em submeter alguns rebeldes de Atsabe: *Dificilmente nos poderemos aguentar sem*

auxílio, mas se formos vencidos, procurem o meu corpo debaixo das pedras da tranqueira [3].

Ao lado de Nai-Cau bateu-se valentemente Nai-Seço. Os exemplos do velho régulo poderiam ter servido para lhe enrijar a têmpera se de tal houvesse precisão.

A tranqueira aguentou-se até ser dominada a revolta.

D. Boaventura foi capturado e acabou tuberculoso na cadeia.

★

Por morte de Nai-Cau, passou Nai-Seço a ser régulo do Suro, cuja área, terminada a guerra, fora aumentada com terras de alguns reinos limítrofes.

Estimado pelo seu povo, Nai-Seço, generoso por índole, sabia fazer-se respeitar sem precisão de recorrer a violências. Era um precioso auxiliar das autoridades militares, mais tarde das autoridades civis que tinham a seu cargo a administração do Suro e nele depositavam inteira confiança. Não obstante, dentro do seu próprio reino, tinha inimigos que, por inveja ou tendo em mira satisfazer ambições, buscavam meio de o deitar a perder.

★

Nai-Seço baslaqueou-se, ou seja, casou segundo os costumes timorenses, com Cai-Uro [4], que dele teve dois filhos

---

[3] José Simão Martinho, *Timor — Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, p. 69.

[4] Ezequiel Enes Pascoal, *A Alma de Timor vista na Sua Fantasia*, p. 106.

— Benjamim e Adriano. Sua mulher faleceu relativamente cedo.

Tornou a baslaquear-se, desta vez com Cai-Luco, sua cunhada, irmã da primeira mulher. Deste casamento houve três filhos, Alexandre, Afonso e Elisa que morreu no Colégio das Madres Canossianas, na Soibada, onde estava a estudar.

Teve, ainda, de Lesse-Mau, uma filha ilegítima. Esta filha, após o baptismo, passou a usar o nome de Flamínia Corte-Real e casou com o chefe do suco de Mau-Ulu, Artur Carvalho Araújo ([5]). Sua mãe, Lesse-Mau, veio a casar com Nai-Passo, irmão do bravo Nai-Cau e, portanto, primo de Nai-Seço. Baptizou-se depois da morte do marido e tomou, então, o nome de Leopoldina Maria de Orleans ([6]).

Mais tarde, segundo consta, em razão de interesses políticos, tomou Nai-Seço também por mulher a Boé-Siri, viúva de Nai-Cau. Desta ligação, porém, não houve filhos.

★

Certo dia aconteceu aparecer no Comando Militar um chefe a dar notícia de haver sido assassinada, perto de Ainaro, uma família que diziam ser possuidora de valiosas jóias. Mandou o comandante proceder a averiguações. Nada se conseguiu apurar. Contudo, após elas terminarem, surgiu uma denúncia de haver sido Nai-Seço o mandatário do crime para se apoderar das jóias.

Nai-Seço negou terminantemente a sua participação no horrível acontecimento. Organizado o processo, como nele figurassem depoimentos altamente comprometedores para o acusado, o comandante militar, possìvelmente não bastante

---

([5]) Ezequiel Enes Pascoal, *idem, idem.*

([6]) *Idem, idem.*

conhecedor do meio timorense, remeteu-o para juízo e, a D. Aleixo, mandou sob prisão para Díli ([7]).

Nenhuma das pessoas que conheciam o régulo o considerava culpado. Não obstante, as falsas declarações das testemunhas levaram o juiz a condenar o réu.

Nai-Seço ouviu serenamente a sentença e, sem um protesto ou simples queixa, foi cumprindo a pena. Aproveitando a substituição do juiz, vários amigos de Nai-Seço promoveram que fosse revisto o processo. Novamente julgado, foi absolvido.

De cabeça erguida, entrou no Suro e imediatamente requereu a demissão das suas funções de régulo. O governador não lha concedeu ([8]). Reintegrado nelas, poderia vingar-se dos seus inimigos, que por tão grandes vexames o fizeram passar. Não o fez. Continuou a proceder como se o passado se lhe houvesse varrido da memória.

★

Após tão lamentável acontecimento, os missionários, que já anteriormente haviam procurado convencer Nai-Seço a abraçar o Cristianismo, fizeram nova tentativa, à qual acabou por ceder. Ocorreu este facto em 1931. Foi então baptizado e passou a ter o nome de D. Aleixo Corte-Real ([9]).

Também sua mulher, Cai-Luco, recebeu o baptismo, com o nome de Maria, a seguir ao que se casou pela Igreja com D. Aleixo, ficando então a usar o nome de Maria Amada de Jesus Corte-Real.

([7]) José Simões Martinho, *Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo*.

([8]) *Idem, idem.*

([9]) *Idem, idem.*

Boé-Siri teve de ser repudiada. Não obstante, fez-se cristã e ficou a usar o nome de Sancha Maria de Orleans [10].

★

Logo a seguir à guerra de Manufai, na ilha de Timor, passou a reinar completo sossego. Podia ser atravessada de um lado a outro, em qualquer direcção, quer de dia quer de noite, sem o mínimo receio dum assalto, dum ataque ou duma simples falta de respeito.

Situada no Extremo Oriente, longe dos governos, quer da Metrópole, quer da Índia, quase pode dizer-se haver estado a Província entregue aos seus próprios recursos durante séculos, com processos agrícolas primitivos, habitada por um povo de hábitos simples que com bem pouco se bastava, mas dado a guerras e sublevações. Não obstante, no decorrer de todo esse tempo, sempre apareceram timorenses que se evidenciaram pelo amor a Portugal, até com dispêndio das suas fazendas e risco ou sacrifício das próprias vidas.

Terminada, porém, aquela dita guerra, houve na ilha um surto de progresso em consequência de o Governador haver tomado à sua conta o desenvolvimento da agricultura, levando os indígenas, por intermédio dos chefes, a plantarem milhares de coqueiros e de pés de cafeeiro em terras julgadas próprias a tal fim e que lhes ficavam pertencendo.

Ao governo de Filomeno da Câmara seguiu-se um período de instabilidade governativa, durante o qual poucos benefícios a ilha recebeu, como era natural; mas depois entrou em franco desenvolvimento. Rasgaram-se estradas, foram aumentadas as

---

(10) Ezequiel Enes Pascoal, *ob. cit.*, p. 106.

áreas de terras cultivadas, melhoraram-se os processos de agricultura, cuidou-se da pecuária, abriram-se escolas e mereceu especiais cuidados a assistência aos indígenas.

★

No ano de 1934, D. Aleixo, acompanhado por sua mulher e pelo filho Adriano, veio a Portugal como representante do povo timorense na Exposição Colonial realizada no Porto. Desta visita e das atenções durante ela recebidas nunca mais se esqueceu.

★

No dia 2 de Setembro de 1939 estala a 2.ª Grande Guerra. Portugal bem como a vizinha Espanha conseguem manter-se neutrais.

No Timor Português encontravam-se, desde 1936, alguns oficiais japoneses, que, para à vontade poderem circular pela ilha, se encobriam com o disfarce de agricultores e de negociantes. Todavia, só quem não conhecesse os processos usados pelos japoneses nos preparativos da guerra contra a Rússia poderia tomar aqueles sorridentes e mesureiros sujeitos por inofensivas e pacatas pessoas, que, no fim de contas, iam aproveitando todas as oportunidades para fazerem levantamentos topográficos expeditos, tomarem nota das principais vias de comunicação terrestre e colherem os mais necessários e convenientes elementos para futuras operações de guerra. Enquanto o momento não chegava, tinham as fardas de oficiais a bom recato.

Por tão longe se encontrar a ilha dos campos de operações e nos mantermos neutrais, a vida ali ia decorrendo sem grandes cuidados.

No dia 8 de Dezembro de 1941 foi, porém, captada em Díli a notícia do ataque japonês ao Porto das Pérolas — Pearl Harbour —, de Honolulu.

Da entrada do Japão na guerra procedeu a clara ameaça de ataques japoneses às Índias Orientais Holandesas e à Austrália.

Decorridos poucos dias, a 17 de Dezembro do mesmo ano de 1941, desembarcou em Díli o tenente-coronel Stressman do Exército holandês e, numa audiência pedida ao Governador, anunciou-lhe tornar-se necessário desembarcarem no nosso território, naquele mesmo dia, forças holandesas e australianas a fim de proteger a ilha contra um iminente ataque japonês.

Pouco depois, começava o desembarque na foz da ribeira de Comoro, situada a oeste e nas proximidades da capital.

Surpreendido, o Governador, após ter ouvido os chefes de serviço e o comandante duma unidade aquartelada a pouca distância de Díli — formada por indígenas, na sua maior parte, mal armada e mal municiada —, decidiu, por falta de meios, não oferecer resistência aos invasores; mas, para bem marcar o seu protesto contra o sucedido, constituiu-se prisioneiro, internando-se no palácio do Governo. Alguns dias passados, a fim de evitar quaisquer incidentes entre pessoal daquela unidade e o das forças estrangeiras, ordenou que ela fosse transferida para Maubisse (11), posto situado no interior da ilha, nas proximidades de Suro.

A força holandesa era formada por cerca de 1200 homens, muitos dos quais javaneses; a australiana, por 380, especialmente instruídos para luta de guerrilhas. Entraram na cidade na melhor

---

(11) Capitão António Oliveira Liberato, *O Caso de Timor*, p. 40.

Tapeçaria exposta no Salão Nobre do Palácio das Repartições, em Díli

ordem e depois, cumpre dizê-lo, procederam guardando todo o respeito à soberania portuguesa.

É, contudo, para admirar ter havido alguém que pudesse conceber a possibilidade de, com tão exíguas forças, impedir o desembarque japonês em Díli ou em qualquer outro ponto da vasta costa da ilha, e que, necessàriamente, havia de ser realizado à sombra de artilharia de navios de guerra, contra a qual as forças aliadas não podiam responder eficazmente.

Aquela operação, cuja finalidade estava de antemão condenada a um completo malogro, foi, ao cabo e ao resto, uma prepotência que serviu aos japoneses de justificação para também desembarcarem na ilha, onde vieram a praticar os mais hediondos crimes.

Como era natural, o seu desembarque não se fez esperar, porquanto ocorreu na madrugada de 20 de Fevereiro do ano seguinte — o de 1942 —, precedido de um forte bombardeamento de Díli.

A operação foi realizada na foz da ribeira de Comoro e, então, a dirigi-la em terra, lá se encontravam fardados os pacatos japoneses que uns anos antes se haviam instalado na ilha sob a capa de agricultores e de negociantes.

Os holandeses a quem estava confiada a defesa da cidade pouca resistência ofereceram, a não ser os que defendiam o aeródromo.

Ao tempo, os australianos achavam-se no interior da ilha a reconhecer o terreno e a preparar-se para a luta de guerrilhas. A eles alguns portugueses se juntaram.

Contràriamente à forma como as tropas australianas e holandesas se comportaram, as japonesas logo se mostraram arrogantes, incorrectas e provocadoras. Não respeitavam a propriedade alheia. Entregaram-se à pilhagem de estabelecimentos comerciais, de casas de particulares e a destruírem tudo quanto para nada lhes servisse. Puseram em liberdade os criminosos presos na cadeia de Díli e associaram-nos ao saque.

Tinham exigências vexatórias. Assim, a um sargento, chefe da polícia, incumbiram de arranjar mulheres para um lupanar (12). Apresentavam-se perante os indígenas como seus libertadores e tratavam de os incitar à revolta. Com indígenas do Timor Holandês e de ilhas vizinhas formavam colunas, conhecidas depois por «colunas negras», que foram engrossando com gente do nosso território, principalmente de Manufai, Maubisse e reinos da fronteira. Puseram à solta, por este meio, bandos de chacais, incitados à prática de crimes hediondos — devastações de culturas e povoações, assassínios de homens, mulheres e crianças, maus tratos, mutilações e torturas. Serviam-lhes de cobertura quando, em regiões difíceis do interior, pretendiam avançar. Para os «salvadores da Ásia» as vidas daquela gente — na grande maioria, gente bruta — não contava. Também delas se serviam para a execução de crimes que pretendiam não lhes fossem imputados.

Nos primeiros tempos, as guerrilhas iam fazendo em tais colunas, bem como nas tropas japonesas, grandes estragos. Causavam-lhes mortes às centenas.

Nesta angustiosa situação, os portugueses da Metrópole procuravam explicar aos chefes timorenses as razões das lutas que em território nosso estavam a travar e afirmavam-lhes que, terminada a guerra, Timor continuaria a ser português.

★

Entretanto, em Ainaro, D. Aleixo, acompanhado de chefes da maior confiança, ia tendo notícias de tudo quanto estava a passar-se e «coluna negra» que pretendesse incomodar o sossego das imediações da tranqueira era escorraçada.

---

(12) Carlos Cal Brandão, *Funo — Guerra em Timor*, p. 60.

Em meados de 1942, vendo o caminho que os acontecimentos levavam, decidiu deixar Ainaro para se instalar em Suro-Lau, cuja altitude anda por 1800 m.

Como acontecia naquele posto, os guerrilheiros iam lá de quando em quando para adquirirem víveres de que houvessem mais necessidade. Porque combatiam os japoneses — os «matan bubo» (olhos inchados), como os timorenses lhes chamavam —, D. Aleixo tinha os australianos por amigos. Em retribuição dos favores recebidos, eles davam-lhe armas e munições, que mais tarde foram utilizadas na heróica defesa de Suro-Lau.

★

No mês de Agosto do mesmo ano eclodia uma revolta em Maubisse. Do Comando da Companhia de Caçadores, então aquartelada em Ailéu, foi telefònicamente pedido a D. Aleixo um arraial para ajudar a sufocar a revolta. Imediatamente o régulo mandou apresentar naquele Comando 350 homens sob as ordens de seu filho Alexandre ([13]).

Em meados de Setembro, foi a vila de Ainaro visitada por uma das tais «colunas negras». Como lá se não encontrasse o chefe, dirigiram-se os cabecilhas para a Missão, onde estavam o P.ᵉ Norberto de Oliveira Barros e o P.ᵉ António Manuel Pires. Daquela vez limitaram-se a exigir-lhes diversos géneros e a apoderar-se de vários animais que os missionários iam criando para seu sustento. Pouco depois, havendo já sido sufocada a revolta de Maubisse, como, para os seus desígnios, os japoneses quisessem ficar com os movimentos livres em Ailéu, onde se encontrava o Comando da Companhia de Caçadores — que,

---

([13]) José Simão Martinho, *Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo*, p. 22.

embora constituída por reduzido número de homens, bem poderia aguentar o ataque duma «coluna negra» e, até, pô-la em desordenada fuga —, na noite de 1 de Outubro do mesmo ano de 1942, bombardearam com morteiros a residência do comandante e os aquartelamentos daquela Companhia, operação imediatamente seguida dum feroz assalto dos bandidos da «coluna», armados, em grande parte, de espingardas e granadas de mão. O bombardeamento fez crer aos oficiais e soldados da unidade portuguesa que se tratava dum irresistível ataque de forças japonesas, ao qual deveriam seguir-se os costumados horrores. Deste falso juízo nasceu a confusão. A maioria dos soldados fugiu. O comandante Freire da Costa e esposa, não querendo cair vivos nas mãos do cruel inimigo, suicidaram-se. Outro tanto fizeram, pelo menos, alguns dos europeus que na ocasião se encontravam na residência do comandante. Se houve quem não lhes seguisse o exemplo, foi assassinado, à excepção de um que conseguiu salvar-se escondendo-se debaixo duma cama e por trás dum cadáver que puxou para si, a fim de mais oculto ficar. Contudo, foi ferido por uma das balas disparada contra o morto, com suspeita de que nele pudesse haver, ainda, sopro de vida.

Deste ataque efectuado pela «coluna negra» com valiosíssima cooperação dos japoneses, resultou perderem a vida 9 europeus e vários soldados indígenas ([14]).

Talvez fosse esta coluna que D. Aleixo, no dia seguinte, 2 de Outubro, viu encaminhar-se para Ainaro. Mal deu por ela, expediu um mensageiro ordenando-lhe fosse ràpidamente avisar os padres da Missão de que deveriam fugir sem tardança, porquanto a coluna, que não estava longe, para lá se dirigia.

De regresso a Suro-Lau, o mensageiro ainda conseguiu dizer que os padres se recusavam a abandonar a Missão, pois tinham as suas consciências tranquilas. Momentos depois, caía sem vida por haver exigido ao coração maiores esforços do que

---

([14]) Capitão António Oliveira Liberato, *ob. cit.*, pp. 162 e 167.

ele podia aguentar. Foi, assim, inútil o sacrifício do prestimoso timorense e tanto mais que os P.es Norberto de Oliveira Barros e António Manuel Pires e, ainda, o deportado Ferreira da Silva, que junto deles se mantivera, foram bàrbaramente assassinados, os seus corpos levados para trás da igreja e ali cobertos com palha a que foi lançado o fogo (15).

Ao tempo deste horrível acontecimento, já a gente de Suro, a conselho do seu régulo, se havia embrenhado ou refugiado nas montanhas.

Deveria D. Aleixo, após este e outros nefandos crimes, ter por sem dúvida que, em breve, seria ele o alvo das investidas nipónicas e das «colunas negras», onde havia gente de Manufai que lhe tinha ódio de morte.

No dia 11 de Fevereiro de 1943, os australianos que ainda lutavam em Timor retiraram para a Austrália em razão de serem necessários para a defesa da Nova Guiné, que estava a ser atacada pelos japoneses.

★

Consciente do perigo cada vez maior em que ele e a sua gente se encontravam, decidiu D. Aleixo guarnecer algumas posições de difícil acesso que circundavam parte da planura de Ainaro e dominavam as vias que levavam ao Suro. Ao tempo, já se encontrava refugiado no Suro-Lau o grupo constituído pelo chefe do posto de Atsabe, segundo-sargento José Estêvão Alexandrino, pelo régulo de Atsabe D. Cipriano, acompanhado por seu genro José dos Reis e o irmão deste último, de nome Alarico Fernandes; pelo deportado Felnes Duarte, pelos dois mestiços José Cachaço e Romualdo Aniceto e por Talu Bere, chefe de Maliana. Este grupo, que se ocupara em lutar contra os

---

(15) P.e Martinho da Costa Lopes, «D. Aleixo Corte Real, Um Herói já Lendário do Nosso Século, revista *Defesa Nacional* n.os 193-194.

rebeldes de Atsabe, vendo-se acossado por forças japonesas, conseguiu escapar-lhes e ir refugiar-se no Suro-Lau. O sargento Alexandrino, quando o tenente Liberato lhe ordenou que fosse juntar-se ao destacamento que operava na fronteira, a fim de seguir para o campo de concentração de Liquiçá, não obedeceu e, quando em Suro-Lau foi convidado para com os outros portugueses ser evacuado para a Austrália, recusou o convite, preferindo ficar ao lado de D. Aleixo.

Este, consoante havia planeado, distribuiu os seus companheiros e gente de arraiais pelas seguintes posições:

— Em Suro-Lau ficou ele com 4 filhos — Benjamim, Adriano, Alexandre e Afonso —, o seu dilecto amigo Francisco Costa, conhecido por *Nai-Chico*, de Hato-Udo, e gente deste suco e de Ainaro;

— A defesa da segunda posição, que ficava também no Suro-Lau e muito perto da ocupada por D. Aleixo, foi entregue a Cipriano do Carmo Verdial, chefe de Suro-Craic, e a seu irmão Jaime Verdial da Silva. Estava guarnecida com gente de Ainaro.

Estes irmãos Verdial eram primos em 3.º grau de D. Aleixo, por serem filhos de Nai-Pusso, irmão de Nai-Cau, de quem já atrás falámos [16].

— O reduto de Leo-Moa foi confiado ao sargento Alexandrino, que com ele tinha aqueles que o acompanharam nas lutas em Atsabe e, ainda, o professor Araújo, seu filho Vasco e guerreiros indígenas.

— O de Fato-Mera, que dominava o caminho de Atsabe para Ainaro foi entregue a António Magno e a gente da sua jurisdição.

---

[16] Ezequiel Enes Pascoal, *ob. cit.*

Este António Magno, filho também de Nai-Pusso, era, portanto, irmão do Cipriano e do Jaime Verdial [17].

— A última posição era a de Manu-Taci sobranceira à estrada de Maubisse a Ainaro e aos caminhos que levam a Hatu-Bui-Lico e defendida pelo chefe Marcos, de Nuno-Mogo, por seu filho Ananias e por gente do mesmo Manu-Taci, Soro e Nuno Mogue.

Ocupadas estas posições, malfeitores de «colunas negras» que passassem ao alcance de tiro eram duramente castigados.

Sabedores da atitude firme de D. Aleixo, os japoneses começaram por lhe mandar emissários a convidá-lo, com propostas tentadoras, para com eles cooperar. A tais propostas o régulo altivamente lhes respondia que era português e, portanto, só com portugueses servia.

Vendo não ser possível deitar-lhe a mão por astúcia e meios brandos, decidiram atacar as fortes posições em que ele e os seus companheiros se encontravam alcandorados.

Certos de que na luta que iam travar haviam de perder muitas vidas, trataram de reforçar as «colunas negras» com gente arrebanhada em várias terras, especialmente de Manufai, proximidades, e da fronteira — ao tempo completamente desguarnecida de tropas nossas. Pelo que se calcula, juntaram cerca de 15 000 homens.

Como era costumado, incumbiram às forças indígenas realizarem o ataque, visto a morte certa de muitas centenas daquela pobre gente, ludibriada com falsas promessas e incitada ao crime, não vir a pesar na consciência dos «libertadores do povo timorense».

Com enorme grita lançaram-se as «colunas negras» ao assalto. Receberam duríssimo castigo. A este assalto outros se

---

(17) Ezequiel Enes Pascoal.

seguiram, mas, em todos, os assaltantes eram rechaçados. As perdas por ele sofridas eram enormes.

Vendo as «colunas negras» a serem de tal modo dizimadas por aquela obstinada gente, os japoneses, enraivecidos por tantos desaires, decidiram reorganizar as forças de que dispunham e recomeçar a luta, atacando sucessivamente posição por posição.

Coube a Manu-Tai ser a primeira assaltada, mas só lhes caiu nas mãos após duríssima luta. Ali perderam a vida o chefe Marcos, seu filho Ananias e muitos dos guerreiros que com eles combatiam.

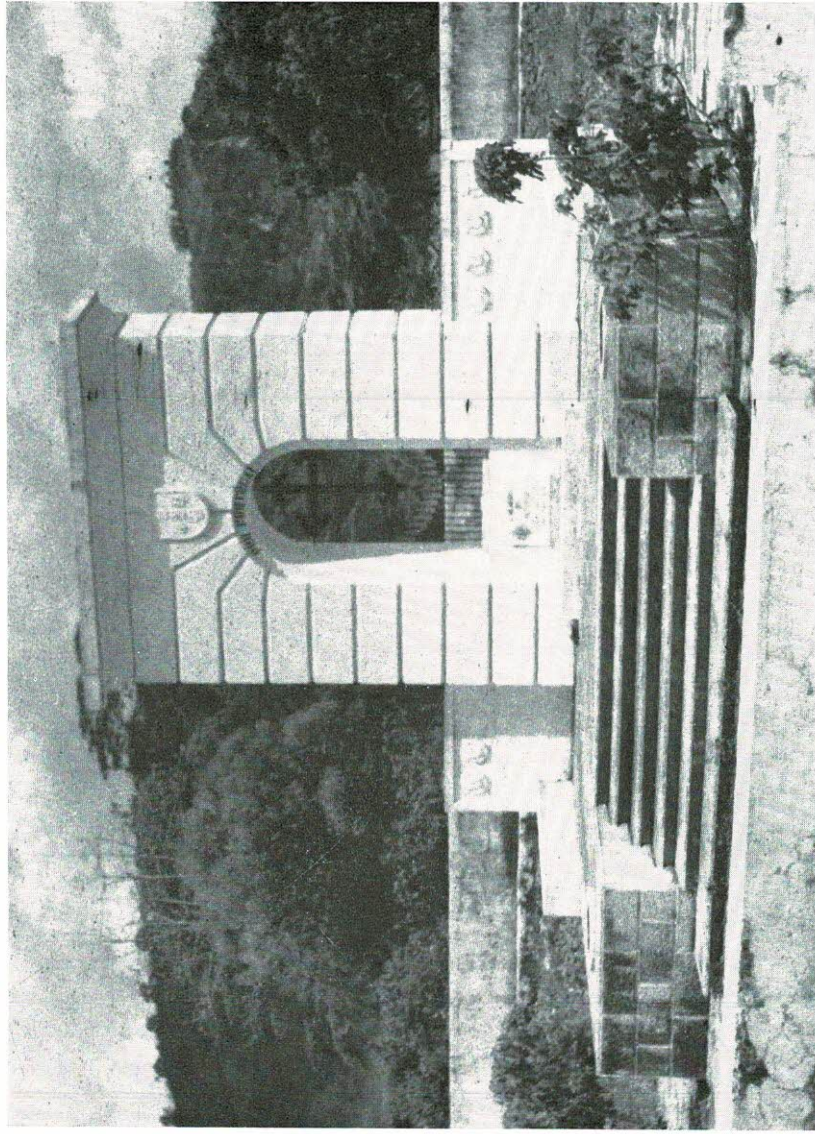
Seguiu-se o ataque ao reduto de Fato-Mera, que, não obstante haver sido bravamente defendido, lhes caiu nas mãos. Nele foi aprisionado o chefe António Magno, que conseguiu chegar com vida até ao fim daquela guerra.

Após Fato-Mera, foi atacada a posição de Leo-Moa. Nesta, os defensores ainda conseguiram manter-se durante um dia, mas, depois, a falta de munições e víveres obrigou-os a render-se. Lá, o inimigo apanhou com vida o sargento Alexandrino, D. Cipriano, régulo de Atsabe, os mestiços Romualdo Aniceto e José Cachaço, o chefe Talo-Bere, além de vários guerreiros indígenas.

O sargento Alexandrino e os mestiços foram levados para a Ermera, onde um oficial japonês matou aquele com um tiro de pistola.

Por fuzilamento foi a morte dos seus dois companheiros de prisão.

Quanto a D. Cipriano, régulo de Atsabe, e ao chefe Talo-Bere, estes, antes de iniciada a luta para a conquista do Suro-Lau, foram bàrbaramente assassinados pela gente das «colunas negras», que os atiraram da ponte de Mau-Mali para as rochas por entre as quais a ribeira corre ([18]).

([18]) P.^{e} Martinho da Costa Lopes, p. 20.

Monumento erigido em Ainaro à memória de D. Aleixo Corte-Real

Faltava agora a conquista da posição onde se encontrava D. Aleixo. Para mais fàcilmente a conseguirem, fizeram os japoneses preceder os assaltos por um bombardeamento com morteiros e com três aviões, que, ao mesmo tempo, iam procurando metralhar os defensores, julgando que assim lhes abateriam o moral. Enganaram-se, pois até parece ter-lhes feito recrescer o ânimo para combaterem ferozmente e repelirem todos os assaltos realizados naquele dia, causando consideráveis perdas ao adversário. Nesse dia, os japoneses sofreram ainda o desgosto de os sitiados terem atingido um avião que foi despedaçar-se em Ainaro, perto da Missão ([19]).

No dia seguinte, a luta continuou com enorme verocidade. Entretanto, a bandeira portuguesa continuava, exposta ao vento, no Suro-Lau, defendida por um heróico grupo de portugueses de Timor.

Chegado o terceiro dia, continuaram os assaltos, que os defensores, com inquebrantável bravura, repeliam.

Não obstante os sucessos obtidos, os sitiados encontravam-se em mui precária situação, porquanto o contínuo batalhar durante aqueles três dias havia-lhes quase esgotado as munições de guerra, e as de boca já bem poucas eram. Tornava-se urgente tomar uma resolução. Tomou-a D. Aleixo mandando recado a Jaime Verdial para que, durante a noite, com os seus companheiros, procurasse romper o cerco e seguisse para a planície a buscar refúgio. Ele entretanto iria tentar o mesmo, seguindo outros caminhos.

Consoante o estabelecido, aqueles, pela calada da noite, por não serem pressentidos, salvaram-se de martírios e morte certa.

Menos afortunados, D. Aleixo e os companheiros não escaparam à vigilância do inimigo, que conseguiu aprisioná-los nas proximidades de Hato-Udo ([20]).

([19]) Há quem afirme haverem sido derrubados dois aviões.

([20]) *Os Últimos Dias de D. Aleixo Corte-Real*, Versão do seu neto João César Corte-Real, que conseguiu salvar-se do massacre de Hato-Udo.

Levados para o antigo posto desta localidade, D. Aleixo, os principais companheiros, assim como as pessoas de família, e, ainda, o enfermeiro João da Costa Tilman, ali foram encerrados sob vigilância dos japoneses. Os restantes prisioneiros foram metidos, com sentinela à vista, nuns barracões que perto havia.

Ao começo da tarde, ouviram os presos uma discussão, no terreiro, a respeito do destino que lhes havia de ser dado e, entre outras coisas, perceberam que tencionavam amarrá-los. Ouvindo isto, D. Aleixo, irado, não aceitando humilhações nem morte desonrosa, arrombou a porta e atirou-se, ainda que desarmado, ao primeiro japonês que se lhe deparou, mas, após breve luta, caiu com o peito atravessado por uma baioneta.

Dos seus companheiros, aqueles que o imitaram, não tardou que fossem abatidos a tiro ou com arma branca. Dois conseguiram fugir por uma janela e escapar, metendo-se por entre a densa vegetação. Foram o neto de D. Aleixo, João César Corte-Real, então rapaz de uns 19 anos, e Fausto Corte-Real, cunhado do régulo. O enfermeiro Tilman, devido à sua corpulência, não lhe sendo fácil utilizar aquela saída, deixou-se ficar na secretaria onde, encontrado pelos japoneses, foi assassinado ([21]).

A esta seguiu-se outra não menos horrível tragédia — a morte daquela brava gente que havia sido metida no barracão. É possível que esta, embora desarmada, também houvesse travado luta corpo a corpo com os seus algozes e não se deixasse ficar inerte a receber a morte.

Desta vez, os japoneses, com uns restos de humanidade, mandaram poupar do morticínio as mulheres e as crianças.

Ficou o terreiro de Hato-Udo coberto de cadáveres e ali continuaram insepultos por mais de dois anos, até que, após a rendição dos japoneses em Timor, em 11 de Setembro de 1945, foi possível recolher as ossadas que deles restavam.

([21]) João César Corte-Real.

A honrar a memória de D. Aleixo, encontra-se exposta no Salão Nobre do Palácio das Repartições, em Díli, uma tapeçaria de Portalegre, onde ele está figurado com a Bandeira das Quinas a envolver-lhe a cinta, os músculos retesados, de espada erguida em posição de desferir um golpe capaz de aniquilar qualquer adversário. À direita, no canto inferior, tem a seguinte legenda:

> ENVOLTO NA BANDEIRA DA PÁTRIA,
> O RÉGULO DE TIMOR D. ALEIXO CORTE-REAL
> PREFERE MORRER
> A CEDER AOS INVASORES.

Em Ainaro foi-lhe erguido um monumento. É um arco de formas sóbrias mas elegante, implantado numa plataforma, à qual seis degraus dão acesso. Na abertura do arco, aguentada em armação metálica de peças recurvadas, destaca-se uma cruz de Avis.

Da severidade que dão à paisagem as mais altas montanhas de Timor, que, em parte, cercam Ainaro, procede oferecer o lugar especiais condições para meditação e recolhimento.

O tempo gasta a importância dos acontecimentos e chega, até, a conseguir que alguns, embora importantes, sejam esquecidos.

Conviria que ao sublime acto praticado por D. Aleixo o tempo não viesse a fazer outro tanto.

Para se evitar que tal suceda, parece-nos bastante que, anualmente, em dia fixado, no mês de Maio, a juventude das escolas de Timor ou seus representantes fossem em romagem a Ainaro depor flores na base do monumento, dando-lhes assim ocasião a relembrarem o glorioso feito do Herói, a nobreza do seu carácter e o inflexível patriotismo que o levou ao sacrifício da própria vida.